

PROCESSO N° : 2016/10131/000001
UNIDADE GESTORA : 101100 – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 046/2016
SGD N° 2016/09049/000754

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

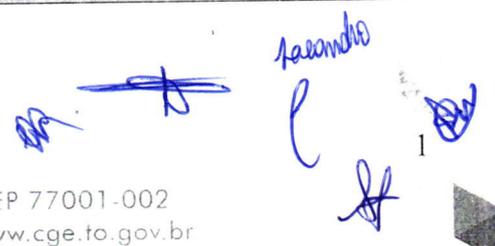
3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 70 a 72**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **superávit** orçamentário de **92,84%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **27,24%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	902.000,00	963.985,07	106,87
Receitas de Capital	29.600.000,00	7.350.361,40	24,83
Deduções da Receita	0,00	4.217,15	-
TOTAL	30.502.000,00	8.310.129,32	27,24



Assinado


FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0240	30.502.000,00	8.310.129,32	27,24
TOTAL	30.502.000,00	8.310.129,32	27,24

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um baixo nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **1,95%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	787.370,00	463.849,12	58,91
Despesa de Capital	29.714.630,00	130.984,32	0,44
TOTAL	30.502.000,00	594.833,44	1,95

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
240 - Recursos Próprios	30.502.000,00	594.833,44	1,95
TOTAL	30.502.000,00	594.833,44	1,95

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 8.310.129,32**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 446.206,00**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 1.399.067,76** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 2.255.463,06**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 594.833,44**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 446.206,00**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 1.393.957,62**, restando saldo de **R\$ 9.975.869,08** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às **fls. 74 a 75**.

3.5 O Balanço Patrimonial, às **fls. 80 a 82**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **1.689,69%**, indicando que o Órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.5.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 66.454.493,74**, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo e Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante.

3.5.3 Houve inscrição no exercício de restos a pagar processados no valor de **R\$ 5.110,14**.

3.5.3.1 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, não houve alteração, mantendo o saldo de **R\$ 128.170,93**.



3.5.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 10.156.372,33**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 10.693.070,06**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 536.697,73**, conforme **fl. 81**.

3.6 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ R\$ 1.134.780,07**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.7 A conta contábil "Estoques" não apresenta saldo, uma vez que trata-se de um Fundo, e este não possui estoque próprio, conforme Declaração de **fl. 100**.

3.8 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 9.889.728,37**, que confere com o Balanço Financeiro, extrato e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 9.048.527,73**:

1 - **R\$ 9.048.527,73** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 841.200,64**.

3.9 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 597.482,01**, correspondentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.10 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 450.966,87** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 769.154,41**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 318.187,54**, conforme demonstrado à **fl. 79**.

3.11 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 7.720.406,02**, à **fl. 84**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referente ao **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, **7** (sete) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à execução e fiscalização de contratos, classificação orçamentária, dentre outras.



4.2 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social no exercício em análise, conforme informado à fl. 245.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às fls. 24 a 43 e 249 a 257 exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o **Banco do Empreendedor**, com contribuição do **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do Fundo foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos no Programa Temático 1022 - **Mercado, Crédito e Trabalho**.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar **3** (três) serviços à sociedade, sendo **2** (dois) parcialmente de um total de **6** (seis), demonstrando um baixo grau de eficiência alcançado pela entidade, conforme demonstrado/justificado às fls. **38 a 43**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **9** (nove) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um baixo grau de eficiência com a não realização física de **5** (cinco) e financeira de **4** (quatro) delas, respectivamente, devidamente justificado às fls. **28 a 34 e 248 a 257**.

7. Com referência à força de trabalho, não há quadro de pessoal na estrutura do referido Fundo, que utiliza a estrutura administrativa do Banco do Empreendedor do Estado do Tocantins, conforme fl. 242.



8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Acy de Carvalho Fontes, Reginaldo Silva Santana** e outros relacionados neste processo às **fls. 06 a 07**.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 18 dias do mês de março de 2016.


Leandro Gomes da Silva

Analista/Analista Técnico Jurídico


Cristiane Dalastra

Analista/Contador


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 18/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

